

## Salada Verde - Carta

Categories : [Eco - Extras](#)

**De Antônio da Justa Feijão**

Geólogo

ILMO.SR.

Representante Legal do Sítio O Eco

Nesta

Senhor Responsável

No dia 05 de março próximo passado, este Jornal Eletrônico O Eco, publicou em sua Coluna “ Salada Verde” a seguinte nota:

Gente fina

05.03.2007

Na sexta-feira, durante a apresentação de um trabalho sobre desmatamento na Amazônia na sede do Banco Mundial em Brasília, um grupo presente na platéia chamou a atenção. Eram quatro pessoas ligadas à Confederação Nacional de Agricultura (CNA), entre eles Antonio da Justa Feijão, ex-garimpeiro e ex-deputado federal pelo PSDB. Ao fim dos debates, Feijão se aproximou de Paulo Adário, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace, apresentou-se como consultor da CNA e prometeu que da próxima vez que algum navio da Ong aportar na Amazônia, vai tacar fogo nele.

Por se tratar de uma acusação séria e injuriosa gostaria de merecer o Direito de Resposta, pois me foi negado por este veículo de comunicação, as seguintes ponderações:

- Embora seja um estudioso das questões geoambientais da Amazônia e tendo já publicado um Trabalho, em inglês, sobre a “Corrida do Ouro na Amazônia”, PDAC, Toronto Canadá, 1990, acho mais legítimo retratar a minha biografia não por uma profissão “Ex-Garimpeiro” como fez, o Senhor Paulo Adário. Sou Geólogo, fui professor de Geologia, Pós-Graduado em Gestão Ambiental e atualmente cursando uma Pós-Graduação em Perícia ambiental. Já proferi palestras em muitas universidades do Brasil e do exterior, com destaque para o I Fórum de Ibero - América Sobre Amazônia, na Universidade de Salamanca, na Espanha,1990. Fui Deputado Federal de 1995 a 2003, atualmente sou 1º Suplente de Deputado Federal pelo estado do Amapá. Sou Conferencista da Escola Superior de Guerra e outras escolas militares de nível superior como Ecemar e Eceme, onde abordo a problemática amazônica.
- Meu diálogo com este Senhor foi para perguntá-lo “ por que Greenpeace persegue tanto o povo da Amazônia, e, em especial, o Porto da Cargill. Em seguida disse-lhe que as sociedades locais da Amazônia estavam a cada dia reagindo com mais força em sua defesa, e se ele só iria refletir o lado social daquela gente no dia que eles promovessem um incidente maior. Se vocês não respeitarem o povo da Amazônia um dia eles irão subir nesse navio e as coisas poderão sair de

controle.”

· Não fui eu quem se aproximou dele. Foi ele que me pediu um cartão e me deu outro. Para mim, e para o meu País, Greenpeace, não é Instituição de Direito Público, nem seu representante e jamais deveria estar numa Reunião do Banco Mundial, junto com CNA e outras autarquias públicas legitimadas pela Constituição brasileira para tal fim.

· Finalmente o excelente trabalho do Imazon e Banco Mundial, que todos fomos conhecer nesse encontro, não era sobre desmatamentos, como afirmou o Senhor do Greenpeace. Se quisermos tratar de desmatamentos, o Banco Mundial tem que marcar a reunião em alguma capital da Europa ou USA, pois lá, com certeza, se tem o que mostrar como não se deve destruir florestas primárias. O tema do encontro foi “ GESTÃO FUNDIÁRIA COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL.

Gostaria de finalizar deixando um dos ensinamentos do velho amazonólogo Charles Wangler (in Uma Comunidade Amazônica) quando chama a atenção para se intervir nos cenários e realidade locais amazônicos, seja através de leis ou de decisões políticas de plantão: “Não é a natureza por si mesma, mas a condição humana em face dela, que cria verdadeiramente os problemas geopolíticos. E nenhum problema é mais complexo e ingrato nesta área, do que o de conceituar e, sobretudo, delimitar regiões, pois nem sempre é possível conciliar, no plano geográfico, as necessidades lógicas do espírito e da necessidade política, com a ordem natural das coisas.” O direito social potencializado pela realidade amazônica não será jamais vassalo de regras incompatíveis com a realidade e sobrevivência das sociedades locais. O Brasil e o mundo precisam conhecer a verdadeira Amazônia humana, e urgente!

Atenciosamente

Macapá, 07 de março de 2007